

DESAFIOS E CONQUISTA DA EDUCAÇÃO NO CAMPO

PROENÇA, Nathalia Suelen¹

Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva – FAIT

LAMARI MAIA, Luciano Brunelli²

Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva – FAIT

RESUMO

Este artigo tem como objetivo conhecer as dificuldades enfrentadas por professores e alunos em escola rural. Através de revisão bibliográfica, conclui-se que por muitos anos a educação no campo foi negligenciada pelo Estado, e apesar de algumas conquistas, a formação dos professores e as condições precárias das escolas persistem em ser um desafio na atualidade. Através do questionamento: como está a educação no campo na atualidade? Levantou-se as seguintes hipóteses: as políticas públicas para a educação não chegam para as escolas nas áreas rurais e os professores sentem dificuldades em desenvolver seu trabalho pela falta de infraestrutura. Em decorrência de tais hipóteses, foram estabelecidos os seguintes procedimentos: realizar um levantamento bibliográfico quanto as políticas públicas voltadas para a educação rural, identificar os problemas que os alunos/professores enfrentam na escola rural, explicar a importância do trabalho do professor nesse meio social

Palavras-Chave: Conquista. Educação no Campo Políticas Públicas

ABSTRACT

This article aims to understand the difficulties faced by teachers and students in a rural school. Through a bibliographic review, it is concluded that for many years education in the countryside has been neglected by the State, and despite some achievements, the training of teachers and the precarious conditions of schools still remain a challenge today. Through the question: how is education in the field today? The following hypotheses were raised: public policies for education do not reach schools in rural areas; teachers find it difficult to develop their work due to the lack of infrastructure. As a result of such hypotheses, the following objectives were established in this article: to carry out a bibliographic survey regarding public policies aimed at rural education, to identify the problems that students / teachers face in rural schools, to explain the importance of the teacher's work in this social environment.

Keywords: Conquest. Challenges. Public Policy

1. INTRODUÇÃO

A Educação em seu vasto sentido, reflete tudo que possa ser feito para que o ser humano se desenvolva em seu sentido exato, representa o ensino e o desenvolvimento de competências e habilidades, portanto, a educação é um elemento indissociável do ser humano para que possa ter o pleno desenvolvimento de suas capacidades físicas, mentais e intelectuais (VIANNA, 2006).

¹ Acadêmico do Curso de Pedagogia do 4º ano – FAIT. E-mail: nnah1664@gmail.com

² Mestrando pela Universidade Estadual Paulista– UNESP de Araraquara– Professor na área de Pedagogia na FAIT.
Email: aulasdolamari@gmail.com

Contudo, o percurso histórico do Brasil, quanto às políticas públicas da educação para o meio rural, fica evidente o quanto o Estado negligenciou a educação. Embora a sociedade brasileira no início do século XX fosse predominante agrária nesse período, a retrospectiva nos mostra que nas constituições de 1825 a 1891, a educação rural não fazia parte do planejamento do Estado, em que sequer era mencionada nesses documentos, deixando claro o descaso dos responsáveis, e surgindo apenas mais tarde a preocupação com a educação no meio rural (BARROS; LIMA, 2013).

Nesse contexto, levanta-se o seguinte questionamento: Quais as dificuldades enfrentadas pelos alunos nas escolas rurais na atualidade? Levantando tal questionamento se estabelecem três hipóteses de trabalho: as políticas públicas voltadas para a educação não chegam para as escolas nas áreas rurais; os professores sentem dificuldades em desenvolver seu trabalho pela falta de infraestrutura e materiais pedagógicos; a acessibilidade dos alunos é comprometida tanto pela falta de condições de locomoção ou transporte, quanto pela escolha entre trabalhar e estudar.

Em decorrência de tais hipóteses, foram estabelecidos os seguintes objetivos no presente artigo: realizar um levantamento bibliográfico quanto as políticas públicas voltadas para a educação no campo, identificar os problemas que os alunos enfrentam na escola rural ao longo da história da educação no Brasil, fazer uma abordagem da importância do trabalho do professor nesse meio social. Em relação aos procedimentos metodológicos, a pesquisa escolhida foi a qualitativa de revisão bibliográfica, seguida de revisão da literatura com seu foco na educação rural.

2. CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

Sobre a Educação Rural/Campo, Leite (2002) afirma que passou a ser vista na sociedade brasileira em decorrência do forte movimento migratório interno dos anos 1910/20, quando muitos agricultores deixaram o campo em direção as áreas urbanas, devido ao processo de industrialização mais amplo.

A publicação Educação do Campo do MEC (BRASIL, 2007) define que as escolas do campo são as que estão localizadas, de acordo com o IBGE, na área rural, mesmo tendo suas sedes em áreas consideradas urbanas. São consideradas assim por atenderem um público que tem com produção econômica, social e cultura vinculada majoritariamente ao campo.

Na atualidade, a educação no campo está regimentada na LDB (Lei de Diretrizes e Bases) da educação brasileira, que estabelece em seu artigo 28 que:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I- conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II- organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III- adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996, s/p)

Contudo, Melo (2011) observou que a Educação no Campo nas últimas décadas tem enfrentado grandes dificuldades quanto às políticas públicas. Segundo o autor, há movimentos sociais que lutam em busca de investimento na Educação no Campo junto aos governos, foram alcançadas algumas vitórias e aos poucos as escolas vem se transformando em espaços de estudos acadêmicos.

2.1. Educação no Campo no Brasil

A educação rural ou do campo no Brasil, sempre ficou em segundo plano por razões socioculturais, tendo a educação um histórico ideológico elitista desde a chegada dos jesuítas, e um política oligárquica, na qual quem trabalhava na roça não precisava estudar, somente quem era da área urbana tinha esse privilégio (LEITE, 2002).

Em consonância, Silva Junior e Borges Netto (2011), afirmam que:

No que se refere à educação no meio rural, observamos que foi historicamente relegada a espaços marginais nos processos de elaboração e implementação das políticas educacionais na realidade brasileira. Uma das possíveis interpretações para esse aspecto - embora não seja a única - diz respeito às sólidas fronteiras entre o espaço urbano e o espaço rural marcadas por construções culturais hegemônicas do meio urbano que tende a inferiorizar, estereotipar e segregar as identidades e subjetividades do meio rural. (SILVA JUNIOR; BORGES NETTO 2011, p. 46)

Segundo o mencionado documento do MEC (BRASIL, 2007) em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova teve como intuito diagnosticar e sugerir rumos às políticas públicas de educação, dando preferência a organização de uma escola democrática, que

ajustasse as mesmas oportunidades para todos. Nessa época as demandas eram igualmente consideradas e contempladas tanto para o campo quanto para a cidade.

Entretanto, a separação entre a educação das elites e a das classes populares não só perdurou como foi explicitada nas Leis Orgânicas da Educação Nacional, promulgadas a partir de 1942. De acordo com essas Leis, o objetivo do ensino secundário e normal seria “formar as elites condutoras do país” e o do ensino profissional seria oferecer formação adequada aos filhos dos operários, aos desvalidos da sorte e aos menos afortunados, aqueles que necessitam ingressar precocemente na força de trabalho. (BRASIL, 2007, p. 11)

Na década de 60 o Estado adotou a Educação Rural como estratégia para conter o fluxo migração do campo para a cidade. Nesse mesmo período, ocorreu o movimento de educação popular com o objetivo de incentivar a participação política das camadas populares, inclusive as do campo. Com a instauração do Governo Militar em 1964, entidades que tinham como propósito essa mobilização, tiveram suas atividades suspensas, reprimindo a educação popular. Com a elevação da taxa analfabetismo, o governo militar instituiu o Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral, buscando atingir resultados imediatos através da alfabetização em massa, mas sem compromisso com a escolarização. Por volta da década de 1980, as organizações da sociedade civil incluíram a educação do campo na pauta de discussão como parte dos temas estratégicos para a redemocratização do país. O objetivo desse movimento era de estabelecer um sistema público de ensino para o campo, baseado no pensamento que a educação é elemento de pertencimento cultural. Como parte do movimento, pode-se destacar os grupos Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e (MEB) Movimento Eclesial de Base (BRASIL, 2007).

A educação no campo no Brasil é marcada por muitas lutas de um povo que por anos sofreu com o descaso de políticas apropriadas e voltadas para essa população. De acordo com Caldart (2007), foi através da mobilização/pressão de grupos sociais para a criação de política educacional voltadas para comunidades camponesas juntamente com as lutas dos Sem Terra para que fossem construídas mais escolas públicas nos campos de Reforma Agrária e, com a resistência de organizações e comunidades camponesas para que não fossem extintas as escolas existentes acabando com as experiências educacional local e sua identidade.

A Educação do Campo nasceu tomando/precisando tomar posição no confronto de projetos de campo: contra a lógica do campo como lugar de negócio, que expulsa as famílias, que não precisa de educação nem de escolas porque precisa cada vez menos de gente, a afirmação da lógica da produção para a sustentação da vida em suas diferentes dimensões, necessidades, formas. E ao nascer lutando por direitos coletivos que dizem respeito à esfera do público, nasceu afirmando que não se trata de qualquer política pública: o debate é de forma, conteúdo e sujeitos envolvidos. A Educação do Campo nasceu também como crítica a uma educação pensada em si mesma ou em abstrato; seus sujeitos lutaram desde o começo para que o debate pedagógico se colasse à sua realidade, de relações sociais concretas, de vida acontecendo em sua necessária complexidade. (CALDART, 2007, p. 2-3)

Segundo Melo (2011), as escolas de assentamentos do MST estão vinculadas a luta de classes, não que seja um projeto da escola, mas do movimento, pois historicamente sofreram um processo de exclusão em relação a frequentar uma escola de qualidade, e para o MST, o projeto educativo deve ser pautado na realidade dos alunos e nas experiências das lutas pela terra, na valorização dos conhecimentos dos agricultores, pois acredita-se que se aprende muito nas lutas pela terra.

2.2. Políticas públicas voltadas para a educação no campo

A educação no Brasil tem em seu histórico um caráter elitista, dessa forma a educação rural sempre ficou em planos inferiores, com um pensamento que, quem morava na roça não precisava de estudos, somente quem morava na cidade (LEITE, 2002).

Contudo, em relação aos aspectos legais para a educação, a Constituição de 1988 estabelece que todos têm direitos a educação juntamente com outros aspectos básicos para a vida, e no art. 205, que a promoção e dever do Estado e da família e contempla no art. 206 - inciso I, o princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988).

Segundo Brasil (2007) a preocupação com a educação no campo começou a ser visível com a Lei de Diretrizes e Bases de 1961, com o objetivo de reduzir a migração rural e o aumento da pobreza nos centros urbanos. Mas somente com a LDB de 1996 foram definidas as diretrizes para a educação rural, garantindo o direito a igualdade e a diferença e reconhecendo a diversidade sociocultural.

Em abril de 2008 passou a valer a obrigatoriedade da educação básica para o campo através da Resolução do Conselho Nacional de Educação - (CNE) /Câmara da Educação Básica – (CEB) nº 2, de 28 de abril de 2008 que determina a educação no campo como parte da Educação Básica e contempla as etapas de educação infantil ao ensino médio além da Educação Profissional Técnica integrada ao ensino. Nesse sentido, essa política educacional:

Destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida - agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caçaras, indígenas e outros. (BRASIL, 2008, p. 25)

Além das leis que passaram a regulamentar a educação para todos alcançando as pessoas que moram no campo, em 2004 o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o decreto referente a políticas para a educação no campo e no qual regulamenta o PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (BRASIL, 2010).

Segundo Santos e Silva (2016), o PRONERA surgiu a partir do Encontro Nacional de Educadores na Reforma Agrária (I ENERA). Foi possível identificar ações que promoviam a Educação do campo por organizações e universidades, levando ao reconhecimento da necessidade de superar os desafios e promover a educação para os trabalhadores rurais.

Esse projeto contempla ações como definições das etapas da educação, sendo contemplada desde a Educação Infantil ao Ensino Superior com responsabilidade da união, estados e municípios, a responsabilidade do Governo Federal na manutenção e desenvolvimento da educação na área rural, formação de professores, calendário escolar adequado as particularidades, além de enfrentar problemas como redução do analfabetismo de jovens e adultos; fomento da educação básica na modalidade jovens e adultos integrando qualificação social e profissional; garantia de fornecimento de energia elétrica, água potável e saneamento básico para as escolas; promoção da inclusão digital com acesso a computadores, conexão à internet e às demais tecnologias digitais (BRASIL, 2010).

Com a experiência do PRONERA, em 2007 foi criado o PROCAMPO - Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo voltado para a formação de educadores (SANTOS; SILVA, 2016).

Segundo o decreto que organiza políticas públicas educacionais no campo, o PROCAMPO é o:

Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação no Campo oferece graduação a professores das escolas rurais que lecionam nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. Atualmente, 31 instituições públicas de ensino superior oferecem a licenciatura em educação no campo. Segundo o Censo Escolar 2009, trabalham em escolas rurais 338 mil educadores. Destes, 138 mil têm nível superior. O desafio da União, estados e municípios é oferecer graduação a 196 mil professores que lecionam no campo apenas com formação de nível médio. (BRASIL, 2010, S/P.)

Outro programa realizado pelo governo é o PRONACAMPO - Programa Nacional de Educação do Campo, criado em 2012 pela presidente Dilma Rousseff, para oferecer apoio financeiro e técnico para viabilização de políticas públicas no campo (SANTOS, SILVA, 2016).

Além dessas políticas públicas voltadas para a educação no campo, foram criadas ações como Escola Ativa que favorece a aquisição de bolsas de estudos e pesquisas para professores e demais educadores em instituições de ensino superior pública, o Projovem Campo, destinados a agrários com idade entre 18 e 29 anos, que não puderam concluir seus estudos no tempo normal e o programa Construção de Escola no Campo desenvolvido pelo governo federal oferece a estados e municípios projetos de escolas com tamanhos de uma a seis salas de aula (BRASIL, 2010).

2.3. Importância do Trabalho do Professor Nesse Meio Social

O ato de ensinar não se reduz a apenas transferir o conhecimento, mas sim, dar forma e estilo a alguém ainda acomodado. Não há professor sem aluno e por essa razão, que o autor afirma “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE 1996, p.23).

Nesse pensamento podemos compreender que o professor contribui para a transformação do indivíduo, e ao mesmo tempo que transforma é transformado por seu aluno.

Contudo, Molina e Freitas (2011) relatam da exigência em uma formação apropriada para o professor do campo, pois a ausência do Estado em fornecer uma educação de qualidade, junto as ações de professores que não conhecem a realidade das pessoas do campo, contribuem para que os alunos sofram discriminação e desvalorização pelo fato de serem do campo ou por fazerem parte de movimento que lutam por terras.

Esteve (1992) lembra que a tarefa do professor vai além do aspecto cognitivo e do trabalho pedagógico, pois também precisa cuidar do equilíbrio psicológico e afetivo, integração social entre outros aspectos.

Freire (1996, p. 28) reforça esse pensamento ao afirmar que “[...] O professor que pensa certo deixa transparecer aos educandos que uma das bonitezas de nossa maneira de estar no mundo e como mundo, como seres históricos, é a capacidade de, intervindo no mundo, conhecer o mundo” (FREIRE, 1996, p. 28).

Para esse autor o professor deve assumir seu papel de “[...] ser social e histórico como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos[...].” (FREIRE, 1996, p. 41).

Dessa forma, Molina e Freitas (2011) explicam que o professor no campo tem um papel importante na superação das condições e contradições sociais do aluno do campo, e precisam de ressignificação de suas práticas e concepções para isso, observando que eles “[...] sejam capazes de compreender os processos de reprodução social dos sujeitos do campo e que se coloquem junto às comunidades rurais em seus processos de luta e resistência para permanência na terra” (MOLINA; FREITAS 2011, p. 28). Reforçando a importância do professor nesse meio social, Oliveira e Montenegro (2010) colocam o professor como principal agente das transformações da concepção de educação no campo, contudo, muitas vezes são interpretados como penalização pelo professor, reforçam a importância da formação para atuar no meio rural como forma de aumentar sua autoestima.

Os professores em meio a tantas dificuldades são indispensáveis, pois somente os seres humanos têm a capacidade de ensinar sentimentos e valores (CURY, 2003).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação no campo conquistou inúmeras vitórias ao longo do tempo, contudo, ainda encontram grandes obstáculos para uma educação de qualidade, a luta desse grupo ainda se encontram longe de acabar, dessa forma, concluímos que as hipóteses desse trabalho estão parcialmente corretas.

No que se refere as políticas públicas, os projetos existem e a passos lentos chegam nessas comunidades, contudo, os desafios ainda persistem quanto a formação do professor e a infraestruturas das escolas que são precárias, o que dificulta e desestimulam professores e

alunos a uma educação de qualidade, no entanto, o professor tem papel fundamental para a transformação dessa realidade através do desempenho do seu trabalho e da luta junto à comunidade cobrando do poder público para que as necessidades sejam supridas e buscando uma educação que alcance a todos com qualidade.

4. REFERÊNCIAS

- BARROS, J. A.; LIMA, S. C. F. de. História das escolas públicas primárias em áreas rurais: ausência de políticas públicas (Minas Gerais 1899 - 1911). **Revista HISTEDBR On-line**, v. 13, 2013, pp. 251-263.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 1 ago. 2020.
- BRASIL. LDB, Lei 9394/96 **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Corde, 1996.
- BRASIL, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC). **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas**. Brasília. ©2007. Secad/MEC.
- BRASIL. **Decreto organiza políticas públicas educacionais no campo**. Portal MEC. 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/208-591061196/16002-decreto-organiza-politicas-publicas-educacionais-no-campo>>. Acesso em: 23 jul. 2020.
- BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008**. Estabelece Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica nas Escolas do Campo. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo. Brasília, DF, MEC, 28 abr. de 2008.
- CALDART, R. S. Sobre educação do campo. **III Seminário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)**, Luziânia/GO, de 2 a 5 de outubro de 2007 – Disponível em: http://www.ce.ufes.br/educacaodocampo/download/cdrom1/pdf/ii_03.pdf. Acesso em: 13 abr. 2020.
- CURY, A. J. **Pais brilhantes, professores fascinantes**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
- ESTEVE, J. M. **Mudanças sociais e função docente**. In: NOVOA, A. (org.). Profissão professor. Portugal. Porto Editora, 1991.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e terra, 1996.

LEITE, S. C. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MELO, A.de. **Relações entre escola e comunidade**. Curitiba: Inbpex, 2011

MOLINA, M. C.; FREITAS, H. C. de **Avanços E Desafios Na Construção Da Educação Do Campo**. Em Aberto, Brasília, v. 24, n. 85, p. 17-31, abr. 2011

OLIVEIRA, L. L. N. de A.; MONTENEGRO, J. L. de A. **Panorama da Educação do Campo**. In: MUNARIM, Antônio.

SANTOS, R.B.; SILVA, M.A. Políticas públicas em educação do campo: Pronera, Procampo e Pronacampo. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 10, n. 2, p. 135-144, 2016.

SILVA JUNIOR, A. F; BORGES NETTO, M. Por uma educação no campo: percursos históricos e possibilidades. Entrelaçando - **Revista Eletrônica de Culturas e Educação**. N. 3, 2011, p. 45 – 60.

VIANNA, C. E. S. Evolução histórica do conceito de educação e os objetivos constitucionais da educação brasileira. **Revista Janus**. Ano 3, nº. 4. Lorena: FATEA, 2006. Disponível em: <http://unifatea.com.br/seer3/index.php/janus/article/viewFile/41/44>>. Acesso em 03 mar. 2020